

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

**HABEAS CORPUS PREVENTIVO**

**URGENTE (Direito a ser extinto às 9 horas do dia 20.05.21)**

**MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO**, brasileira, divorciada, médica, portadora do RG de nº. 819980-84 SSP/CE, inscrita no CPF sob o nº 385.586.613-91, e-mail: mayrapinheiro@terra.com.br, residente e domiciliada SQNW 107, Bloco C, apartamento 108,, por meio dos seus procuradores, vem respeitosa e perante Vossa Excelência, impetrar, com respaldo no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, e art. 654 do Código de Processo Penal, **HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR** contra a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado da República para apuração de ações e omissões do Governo Federal, no enfrentamento da pandemia da Covid-19, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

1

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

## DOS FATOS

A Paciente foi convocada para ser ouvida, como testemunha, no próximo dia 20 de maio de 2021, às 10:00hs, na CPI instalada no Senado da República, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. Lê-se no ofício de convocação:

Na presente data, foram aprovados os seguintes requerimentos de convocação de V.Sa. anexos ao presente expediente: 323, 437, 465 e 516/2021-CPI PANDEMIA.

Diante disso, com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579, e art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, convoco V.Sa para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados nos requerimentos aprovados, no dia 20 de maio de 2021, às 09h00, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II, do Senado Federal, com vistas a prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão. (Documento em anexo, comprovando a convocação).

Ocorre que referida Comissão vem impedindo o exercício da prerrogativa constitucional **contra** a autoincriminação, constringendo de forma inaceitável pessoas inocentes, que sequer estão indiciadas, denunciadas ou condenadas. A prova eloquente disso reside neste fato público e notório.

Com efeito, no dia 12/05/2021, o ilustre Senador Renan Calheiros, na condição de Relator dessa CPI, solicitou a prisão do Sr. Fábio Wajngarten, ex-secretário especial de Comunicação Social da Presidência da República, convocado para depor, também na condição de testemunha, sob o argumento de que suas informações, prestadas na ocasião, divergiam daquelas dadas, em momento anterior, sobre o mesmo assunto, à Revista Veja.

Achava-se a aludida testemunha, por ocasião do seu depoimento nessa CPI, acompanhada do seu ilustre advogado. Tão logo este se deparou com a ameaça de prisão do seu cliente, solicitou a palavra ao Presidente da sessão pela ordem. O Presidente, porém, não a concedeu. Passou

a palavra a outro Senador. O vídeo, em anexo, comprova a violação do direito do advogado, compelido a socorrer-se da imprensa para publicar uma “nota de defesa de Wajngarten.”<sup>1</sup>”

Como demonstrado, de forma surpreendente e espantosa, não foi assegurada a palavra ao advogado, no que pese a veemência do art. 7º, VI, letra “d”, XI e XXI, do Estatuto da OAB e a ênfase dada pela copiosa jurisprudência desta Suprema Corte, assegurando a plena garantia dos direitos, ali consagrados, **para atuação do profissional da advocacia em CPI.**

O fato é que a CPI, ora em curso no Senado da República, ao **negar a palavra ao advogado**, cujo cliente estava sob acintosa ameaça de prisão, violou as prerrogativas que são asseguradas aos profissionais da advocacia pela legislação vigente. Esse abominável atentado à atuação do advogado é, sob todos os ângulos, inaceitável porque a própria Constituição, no seu art. 133, o reconhece como “indispensável à administração da justiça”. Nenhuma autoridade, por isso, pode suprimir-lhe o direito de defender seus clientes, sob pena de colocá-lo no papel de mero expectador de abusos inaceitáveis. Essa situação é de todo incompatível com o Estado Democrático de Direito. Insista-se, as garantias constitucionais foram suprimidas, sendo o patrono da testemunha, que prestava depoimento, impedido de se insurgir contra os excessos cometidos em detrimento da dignidade do seu cliente.

Acrescente-se, ainda, que, tal desrespeito ao SR. FÁBIO WAJNGARTEN não se limitou ao inaceitável abuso de poder do relator. O

---

<sup>1</sup> Nota de esclarecimento à imprensa

1. O ex-secretário Especial de Comunicação da Presidência da República, Fabio Wajngarten, respondeu a todos os questionamentos que lhe foram formulados, sem esconder ou omitir informações, nas mais de seis horas de seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado. 2. Jamais faltou com a verdade! E nem teve a intenção de fazê-lo.

3. Por vezes não lhe foi possível explicar integralmente todos os fatos como em alguns trechos da entrevista da revista Veja. Como depois foi reconhecido pelo Presidente da Comissão que retificou a afirmação que o ex-secretário de Comunicação havia faltado com a verdade, reconhecendo que ele não fizera a acusação dirigida ao ex-ministro.

4. Fabio Wajngarten reafirmou que a incompetência se referia a morosidade da equipe do Ministério da Saúde, mas não ao ministro Eduardo Pazuello.

5. O depoente continua à disposição da Comissão e reitera que seu único objetivo foi o de acelerar a compra de vacinas que minimizem a crise sanitária no país.

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

próprio presidente da CPI, ao final daquele depoimento, humilhou pública e desnecessariamente a referida testemunha, chegando a dizer, dentre outras infâmias, QUE ELA TERIA, NAQUELA SESSÃO, PERDIDO O LEGADO QUE COM MUITO TRABALHO TERIA CONSTRUÍDO <https://www.youtube.com/watch?v=wqNYrmlED18> ao tempo de 1:58 (um minuto e cinquenta e oito segundos).

Sob qualquer enfoque, não é papel do julgador aconselhar e dar lições de moralidade à testemunha ou a quem quer que seja, uma vez que ato desta estirpe, além de ser mera manifestação de um personalíssimo juízo de valor, não tem utilidade alguma para a instrução processual. Se presta apenas para expor o depoente ao vexame, em total aniquilamento do devido processo legal e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A Requerente, por sua vez, exerce a função de SECRETÁRIA DA SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE, no Ministério da Saúde, sendo essa a razão determinante de sua convocação. Tem ela, porém, atuado, permanentemente, com integral respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Todos os seus atos encontram-se respaldados por documentos produzidos pelo Ministério da Saúde e por documentos e publicações científicas, produzidas por pesquisadores de renome nacional e internacional sobre abordagem farmacológica da doença decorrente do Coronavírus.

É imperioso ressaltar que a Impetrante da presente ordem considera a Comissão Parlamentar de Inquérito o local propício para esclarecimento à população sobre as distorções veiculadas com o propósito de desacreditar medicações que poderiam ter significativo papel na redução das mortes. O mais grave, porém, será esclarecido com riqueza de detalhes: tais distorções decorreram de ações com previsão no próprio Código Penal.

Noutro passo, no que pese o respaldo científico comprovado na documentação que será, por ocasião do seu depoimento, **disponibilizada a cada um dos membros da referida CPI, as recorrentes**

*violações do art. 360 do CPC; as ameaças, inclusive de prisão, aos depoentes, emanadas do seu ilustre Relator, tornam indubitoso o constrangimento a que poderá ser submetida a Paciente, inclusive, com ameaça à sua liberdade de ir e vir. Máxime porque, entre os integrantes daquele Colegiado, somente alguns são oriundos da área médica o que torna previsível a dificuldade na avaliação e análise dos estudos científicos comprovados que embasaram as suas ações.*

Esse temor se mostra justificado, em decorrência da crescente agressividade com que têm sido tratados os depoentes que ali comparecem para serem ouvidos. A falta de urbanidade no tratamento dispensado às testemunhas, proibindo-as, inclusive, do exercício da prerrogativa contra a **auto-incriminação, consagrada no art. 5º, LXIII da Constituição, bem como a violação ao direito de não serem tratadas, pelas autoridades públicas, como se culpadas fossem, e a recusa em assegurar à palavra ao advogado para defesa do seu cliente,** comprovam que as garantias constitucionais foram indevidamente abolidas daquele Inquérito Parlamentar. Essas violações chegaram ao ápice, é forçoso reiterar, com a recusa em assegurar a palavra ao advogado para exercer a defesa de seu cliente.

## DO DIREITO

A Constituição, no art. 48, § 3º, atribui aos parlamentares integrantes da CPI os poderes que são assegurados aos membros do Poder Judiciário. Nem mais nem menos, conforme pacificamente reconhecido na doutrina e na jurisprudência. Por sua vez, o Regimento Interno do Senado, ao reportar-se às Comissões Parlamentares de Inquérito, dispõe no seu art. 153:

Nos atos processuais, aplicar-se-ão, **subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.**

O Código de Processo Penal, por sua vez, **no seu art. 3º** estatui:

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

*A lei processual admitirá interpretação extensiva e aplicação analogica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.*

Por atuarem com poderes próprios das autoridades judiciais, devem os integrantes da CPI, *inclusive por força da norma regimental transcrita*, também, observar **os deveres** impostos aos magistrados, notadamente, aqueles relacionados no art. 360, do CPC:

O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:

**IV - tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo.**

No mesmo sentido, a enfática determinação do art. 35, IV, da Lei Orgânica da Magistratura:

São deveres do magistrado:

"IV - tratar com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público, os advogados, **as testemunhas**, os funcionários e auxiliares da Justiça, e atender aos que o procurarem, a qualquer momento, quando se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência".

Na **Medida Cautelar** no HC nº 128.390/DF, o Supremo Tribunal Federal aplicou, por analogia, o Código de Processo Civil, em CPI, invocando o art. 3º, do CPP, transcrito. Lê-se na decisão da Suprema Corte nessa cautelar:

Busca-se, em sede cautelar, o reconhecimento, em favor dos ora pacientes, das seguintes prerrogativas:

(iii) aos advogados o direito de, na defesa de seus clientes, ora Pacientes, se socorrerem do art. 7º, III, XII e XIII do Estatuto da Advocacia e OAB, sendo-lhes garantida a palavra pelo Presidente da CPI; e (iv) não se auto incriminarem.

Sendo esse o contexto, passo a examinar o pleito cautelar deduzido pelos ora impetrantes. E, ao fazê-lo, observo que, embora intimados como testemunhas, os ora pacientes, como

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

qualquer outra pessoa, dispõem da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação, valendo acentuar que esse mesmo direito já se acha contemplado no art. 406, inciso I, do CPC (atual art. 448, I, do CPC/15), **APLICÁVEL POR ANALOGIA, por efeito do art. 3º do CPP**, às hipóteses nestes regidas, considerado para tal fim o que dispõe a Lei nº 1.579/52, art. 6º).

Além do direito de não se auto-incriminar, a testemunha tem suas prerrogativas ainda asseguradas no art. 448, do CPC, importando também em violação a essa norma a agressividade do inquisidor insatisfeito por não ouvir o que desejava.

Lê-se no art. 448 do NCPC:

A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos:

I – que lhe acarretem grave dano, bem como ao seu cônjuge ou companheiro e aos seus parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

II – a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo.

Noutro enfoque, mostra-se inaceitável a situação em que a testemunha é ameaçada de prisão e o seu advogado é impedido de usar a palavra. Convém reproduzir o art. 133 da Constituição:

“o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestação no exercício da profissão, nos limites da lei”.

O Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906/94, por sua vez, enumera os direitos assegurados ao advogado para o desempenho do seu ofício:

Art. 7º São direitos do advogado:

I - exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

VI - ingressar livremente:

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

d) em qualquer assembléia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;

XI - reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

XXI - assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:

a) apresentar razões e quesitos;

No referido HC nº 12.390, assentou o c. STF, em Acórdão unânime da lavra o eminente Ministro Celso de Meilo, **no qual são invocados inúmeros precedentes do Sumo Pretório**:

É por essa razão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal tem reconhecido esse direito também em favor de quem presta depoimento na condição de testemunha, advertindo, a tal propósito, que “**Não configura o crime de falso testemunho, quando a pessoa, depondo como testemunha, ainda que compromissada, deixa de revelar fatos que possam incriminá-la**” (RTJ 163/626, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei):

“COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PRIVILÉGIO CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO – DIREITO QUE ASSISTE A QUALQUER INDICIADO OU TESTEMUNHA – IMPOSSIBILIDADE DE O PODER PÚBLICO IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS A QUEM EXERCE, REGULARMENTE, ESSA PRERROGATIVA – PEDIDO DE ‘HABEAS CORPUS’ DEFERIDO.

– O privilégio contra a auto-incriminação – que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.



# DJALMA PINTO

Advogados Associados

– O exercício do direito de permanecer em silêncio não autoriza os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. Precedentes.

O direito ao silêncio – enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la ('nemo tenetur se detegere') – impede, quando concretamente exercido, que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, a ser preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado (...)." (HC 79.812/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Assiste, por igual, a qualquer pessoa que compareça perante Comissão Parlamentar de Inquérito o direito de ser acompanhada por Advogado e de com este comunicar-se pessoal e reservadamente, não importando a condição formal por ela ostentada (inclusive a de testemunha), tal como expressamente assegurado pela jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal (**HC 95.037-MC/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 100.200/DE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – HC 113.646-MC/DE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – MS 23.452/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO – MS 30.906-MC/DE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.**).

Daí o explícito reconhecimento, em sede legal, do direito de o depoente, quer como indiciado, quer como testemunha, "fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta" (Lei nº 1.579/52, art. 3º, § 2º, acrescentado pela Lei nº 10.679/2003).

Nesse contexto, é assegurada ao Advogado a prerrogativa – que lhe é dada por força e autoridade da lei – de velar pela intangibilidade dos direitos daquele que o constituiu como patrono de sua defesa técnica, competindo-lhe, por isso mesmo, para o fiel desempenho do "munus" de que se acha incumbido, o exercício dos meios legais vocacionados à plena realização de seu legítimo mandato profissional.

Por esse motivo, nada pode justificar o desrespeito às prerrogativas que a própria Constituição e as leis da República atribuem ao Advogado, pois o gesto de afronta ao estatuto jurídico da Advocacia representa, na perspectiva de nosso sistema normativo, um ato de inaceitável ofensa ao próprio texto constitucional e ao regime das liberdades públicas nele consagrado.

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

[...] Com efeito, a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal, hoje consubstanciada na Súmula Vinculante nº 14, tem garantido ao Advogado (não importando que se trate de inquérito policial, de inquérito parlamentar ou de processo penal) o direito de conhecer as informações já formalmente produzidas nos autos (excluídas, portanto, aquelas diligências ainda em curso de execução), não obstante se cuide de investigação promovida em caráter sigiloso.

Por tal razão, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento definitivo do MS 23.452/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, deixou assentado, por unanimidade, “que os poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito – precisamente porque não são absolutos – sofrem as restrições impostas pela Constituição da República e encontram limite nos direitos fundamentais do cidadão, que só podem ser afetados nas hipóteses e na forma que a Carta Política estabelecer” .

O Estatuto da Advocacia – ao dispor sobre o acesso do Advogado aos procedimentos estatais, inclusive àqueles que tramitam em regime de sigilo (hipótese em que se lhe exigirá a exibição do pertinente instrumento de mandado) – assegura-lhe, como típica prerrogativa de ordem profissional, o direito de examinar os autos, sempre em benefício de seu constituinte, em ordem a viabilizar, quanto a este, o exercício do direito de conhecer os dados probatórios já formalmente produzidos no âmbito da investigação instaurada por qualquer órgão do Poder Público, ainda mais naquelas situações em que a pessoa representada por esse profissional do Direito possa converter-se, eventualmente, em alguém sob investigação do Estado, inclusive na hipótese de inquérito parlamentar (HC 82.354/PR, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – HC 86.059-MC/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 87.725-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 88.190/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO – MS 23.836/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – Rcl 8.770-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

[...] Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, e sem dispensar os ora pacientes de comparecerem perante a CPI/Petrobras e de assinarem, na condição de testemunhas, o respectivo termo de compromisso, defiro o pedido de medida liminar nos precisos termos expostos nesta decisão, em ordem a assegurar, cautelarmente, aos pacientes, em face de referida CPI: (a) o direito de exercerem a prerrogativa constitucional contra a autoincriminação, sem que se

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

possa adotar contra eles, em reação ao regular exercício de tal prerrogativa jurídica, qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade; (b) o direito de serem assistidos por seus Advogados e de com estes comunicarem-se, pessoal e reservadamente, durante o curso de seus depoimentos; e (c) o direito de serem respeitadas, sempre em seu próprio benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º, incisos III, X, XI, XII e XIII, da Lei nº 8.906/94 (“Estatuto da Advocacia”).

Caso a CPI ora apontada como coatora descumpra a presente liminar, e assim desrespeite as prerrogativas profissionais dos Advogados impetrantes deste “writ” (e, por consequência, os direitos e garantias dos ora pacientes), fica-lhes assegurado o direito de fazerem cessar, imediatamente, a participação de seus constituintes no procedimento de inquirição, sem que se possa adotar contra eles – Advogados e respectivos clientes, os ora pacientes – qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade. (Grifo nosso).

Isto posto, presentes na espécie o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, ante a real perspectiva de ser a Impetrante/paciente, no próximo dia 20/05/2021, submetida a constrangimento como se tivesse já sido julgada e condenada com o silenciamento dos seus defensores, requer seja deferido, liminarmente, ordem de habeas corpus preventivo, determinando ao Presidente e ao Relator da referida CPI para que sejam reconhecidas, em favor da ora paciente, as seguintes prerrogativas: 1) ser assistida por advogados e com estes, comunicar-se; 2) ser assegurado aos seus advogados o direito de realizar sua defesa, nos termos do art. 7º, III, X, XI, XII e XIII, do Estatuto da Advocacia e OAB, **sendo-lhes garantida a palavra pelo Presidente da CPI para, inclusive, suscitar questão de ordem, objetivando preservar a efetiva vigência do Regimento do Senado e das leis nele reportadas que devem ser integralmente respeitadas pela CPI, inclusive, para evitar futuras arguições de nulidade;** 3) não se auto-incriminar e 4) a plena observância do art. 360, IV do CPC.

# DJALMA PINTO

Advogados Associados

Requer, outrossim, na linha do precedente dessa Colenda Corte, ora trazido à colação, caso a CPI, apontada como coatora, desrespeite as prerrogativas profissionais dos advogados da Impetrante e as garantias a ela asseguradas, seja assegurado o direito de fazerem cessar, imediatamente, a participação da testemunha no procedimento de inquirição, sem que sejam adotados contra os advogados e sua cliente qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade.

Após prestadas as informações pela Autoridade que preside a CPI e a manifestação da Procuradoria Geral da República, requer seja ratificada a liminar postulada com a concessão definitiva do writ.

P. deferimento,

Fortaleza, 14 de maio de 2021

Pp Djalma Pinto

OAB-CE 2.665

PP. Rafaela Pinheiro Pinto

OAB-CE 24.871